

Sociedade da Informação e a infoinclusão: um direito de todos

Anelise Rublescki¹

Resumo: Sob a ótica da Sociedade da Informação, o artigo pondera a faceta determinista das Tecnologias da Informação e da Comunicação, que naturalmente levariam a melhores condições de vida, emprego, saúde e desenvolvimento. Discute a convergência tecnológica no processo de digitalização dos meios, dos conteúdos e no surgimento de redes sociais. Questiona a ausência de marcos regulatórios e apresenta alguma das iniciativas do governo brasileiro para inclusão digital-social da população brasileira.

Palavras-chave: Sociedade da Informação – Convergência Tecnológica – Infoinclusão Digital

Abstract: From the Information Society point of view, the paper discusses the deterministic aspect of Information Technology and Communication, which naturally would lead to better living conditions, employment, health and development. Discusses the technological convergence in the digitalization process of media, content and the emergence of social networks. Shows the lack of regulatory framework and presents some of the Brazilian government's initiatives for digital and social inclusion.

Key words: Information Society – Technological Convergence – Digital Infoinclusion

Introdução

O conceito de informação ganha novos contornos a partir da expansão do pensamento liberal e da economia globalizada, com o crescimento exponencial da oferta e da necessidade de informação, com a formação de conglomerados do setor de comunicações e o desenvolvimento espetacular das tecnologias. Nesse início de século XXI, a informação é crescentemente valorizada como recurso e como insumo básico para a atividade produtiva, como o foram no passado a propriedade da terra e a mão-de-obra. O grande volume de informações, sua segmentação e uso possibilitam que, em diferentes situações e vieses, ela seja concebida como conhecimento, poder, comunicação e produto.

Informação e conhecimento passam a ser vetores que minam progressivamente as tradicionais divisões entre produção e circulação de bens, com um imbricamento entre o tangível e o imaterial, impulsionado pelo uso intenso de novas Tecnologias de Informação e de Comunicação (TICs), e também pela constituição de redes sociotécnicas e socioculturais que favorecem a interação para além do espaço físico.

Contudo, as vozes que se levantam garantindo que a informação encontra-se hoje universalmente acessível não refletem a realidade, pois a simples existência da informação não se constitui em garantia da sua distribuição ampla e democrática, porque dela ainda está excluída a maioria da população mundial. Ao contrário. É um esquema de acumulação que permite aos países de economia central potencializar e estruturar esquemas de conhecimento

¹ Doutoranda em Comunicação e Informação na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Mestre em Ciência da Informação (Universidade Federal do Rio de Janeiro convênio IBICT/CNPq). Bolsista Capes.

cada vez mais sofisticados. Como nas demais configurações sociais, a Sociedade da Informação gera formas próprias de exclusão, não só entre países, mas também entre regiões, pessoas, cidadãos em torno da mesma dicotomia entre os que têm - nesse caso, condições de acesso e uso das diversas tecnologias e da informação - e os excluídos.

Fazer uma leitura crítica da dinâmica da inclusão digital no contexto brasileiro a partir do determinismo tecnológico atribuído às novas Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs) na contemporaneidade é o objetivo do presente artigo. A partir da caracterização da Sociedade da Informação, discute-se convergência tecnológica no processo de digitalização dos meios, dos conteúdos e no surgimento de redes sociais. Por fim, apresenta-se as iniciativas do governo brasileiro para inclusão digital-social da população.

Sociedade da Informação e Sociedade em Rede

Mattelart (2005, p.2) nos lembra que a crença utópica em uma sociedade mundial, construída graças à partilha dos conhecimentos e ao acesso universal ao saber, está presente desde os primeiros passos da formalização científica dos conceitos de documento e de documentação.

Sustenta o autor que:

A trajetória das utopias sociais, baseadas sobre o poder dos meios de produção e de transmissão do conhecimento, só pode ser pensado a partir da gênese sociopolítica das noções de Sociedade da Informação e de sociedade global da informação, às quais se tenta opor, com ou sem razão, a noção de Sociedade de Conhecimento. Esta gênese é indissociável da evolução das doutrinas e das práticas da construção das hegemonias (MATTELART, 2005, p.3).

Constatação paradoxal, visto que a informação é um bem público e que pode e deve pertencer a todos, numa garantia de acesso universal à informação por parte de qualquer pessoa, comunidade científica, região, país. Esta concepção é, sem dúvida, uma conscientização importante e tem estado na base das lutas pela democratização do acesso à informação. Porém, a informação, enquanto elemento central da complexa configuração social, econômica e política do mundo moderno, não se torna “bem público” apenas por constar do pensamento neoliberal.

São questões amplas as que (res)surgem no rastro da globalização, do processo de digitalização do conteúdo e da convergência tecnológica, em torno de temas complexos como o da utilização de tecnologias de informação envolvendo a adoção de softwares proprietários e/ou livres, dos monopólios e oligopólios da mídia, com as reconfigurações relacionadas com uma instância mundial em tempos da Internet e dos direitos de propriedade intelectual.

É a sociedade em rede, da qual nos fala Castells (1999), onde o mundo entra na era da informação, com o conteúdo digital propiciando o surgimento de novas bases para a organização social em rede. Trata-se de uma nova organização, na qual as TICs naturalmente potencializariam o acesso à educação, à saúde, aos empregos qualificados e gerariam novas esferas de discussão política (DIMAGGIO & HARGITTAI, 2001).

O surgimento da sociedade em rede torna-se possível, de fato, com o desenvolvimento das novas Tecnologias da Informação e Comunicação que, no processo, "agruparam-se em torno de redes de empresas, organizações e instituições para formar um novo paradigma sociotécnico" (CASTELLS, 1999, p. 77) cujos aspectos centrais, representam a base material da Sociedade da Informação. Mas o mesmo autor também nos lembra que "[...] velocidade de difusão tecnológica é seletiva tanto social quanto funcionalmente"(p.52).

Castells pontua os cinco aspectos centrais do novo paradigma: a informação como matéria-prima; as novas tecnologias presentes em todas as atividades humanas; a lógica de redes em qualquer sistema ou conjunto de relações usando essas novas tecnologias; a flexibilidade de organização e reorganização de processos, organizações e instituições; e, por fim, a crescente convergência de tecnologias (CASTELLS, 1999, p.77-9).

De fato, a convergência tecnológica é um dos fatores constituintes da Sociedade da Informação.

Convergência tecnológica

Convergência tecnológica é um termo utilizado para designar a tendência de utilização de uma única infra-estrutura de tecnologia para prover serviços que, anteriormente, requeriam equipamentos, canais de comunicação, padrões ou protocolos diversos. Assim, em tempos de convergência tecnológica, observa-se o uso de uma mesma plataforma de rede de telecomunicações para transporte de diferentes serviços: telefonia, vídeo, áudio, textos, dados, e suas múltiplas possibilidades combinatórias.

Dois fatores mostraram-se decisivos para a convergência, além do puro desenvolvimento das TICs: o aumento exponencial de conteúdos disponíveis em formato digital e a conexão dos usuários à rede em banda larga.

O Brasil terminou o ano de 2008 com quase 12 milhões de conexões de banda larga entre fixa e móvel², o que representa um crescimento de 45,9% em apenas um ano. Com o crescimento, 15,94% dos lares brasileiros contam agora com conexão de alta velocidade.

Mesmo com o avanço para 25 milhões de usuários ativos no mês de março de 2009, o Brasil continua proporcionalmente atrás de outros países da América Latina. Segundo o estudo, a cada 100 brasileiros, 5,16% têm banda larga em casa. No Chile, a densidade é de 8,5% por habitante, enquanto na Argentina a densidade é de 7,8%.

Com relação à telefonia, em janeiro de 2009, o número de telefones em operação no Brasil superou a população. Segundo a Agência Nacional de Telecomunicações³ (Anatel), com 41,3 milhões de telefones fixos e 151,9 milhões de celulares, o total atingiu 193,2 milhões de aparelhos, mais do que a população, de 191 milhões de habitantes.

A quantidade de aparelhos fixos em operação no País cresceu 143% em menos de 11 anos. O número de telefones celulares cresceu surpreendentes 3.275%, graças à concorrência - muito mais intensa do que no sistema fixo. A rápida evolução tecnológica reduziu os custos de produção e as dimensões do aparelho, além de ampliar os recursos. No Brasil, a relação é de 80 aparelhos por 100 habitantes.

Contudo, cabe aqui uma reflexão. A literatura internacional costuma relacionar carência de acesso às TICs à insuficiência de infra-estrutura de telecomunicações (LOPES, 2007, p.) onde, por extensão, os dados positivos significariam naturalmente uma melhoria de acesso e uso. Contudo, televisão e rádio não oferecem acesso à Internet – primordial para a efetiva inclusão digital – e dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística⁴ evidenciam que 81,61% dos aparelhos de telefonia celular no Brasil são do sistema pré-pago. Esses aparelhos usualmente são modelos mais simples e com gasto limitado por parte do usuário ao inserir créditos de cartão, raramente sendo utilizados para conexão à Internet.

Segundo Lopes (2007) menos de 1% daqueles que têm acesso à Internet no Brasil utilizam a infra-estrutura de telefonia celular para se conectarem à rede. Mais de 90% dos usuários domiciliares de Internet do País utilizam a infra-estrutura de telecomunicações, muitos deles ainda com acesso discado. Assim, de fato, deficiências na infra-estrutura de

² Pesquisa disponível em <http://idgnow.uol.com.br/internet/999/12/31/numero-de-conexoes-de-banda-larga-supera-11-8-milhoes-no-brasil/>

³ Disponível em *O Estado de S. Paulo* - 03/03/2009 Expansão da telefonia

⁴ Disponível em <http://www.teleco.com.br/ncel.as>

telecomunicações no Brasil precisam ser combatidas para uma real democratização da informação e cultura no Brasil. No aspecto cultural, faz-se necessária também uma análise sobre o quesito televisão e rádio no Brasil, especialmente no momento em que se implementa a adoção do formato digital.

Pesquisa⁵ realizada pela Fundação Getúlio Vargas, sob encomenda da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão, evidenciou que em 2006 já existiam mais domicílios com TV (91,4%) do que com rádio. O rádio superava, no entanto, a TV em domicílios rurais (81,6%). A grande maioria dos lares brasileiros possui TV a cores (88,7%).

Quando o tema é TV por assinatura, mesmo somando-se todas as modalidades (TV Cabo, DTH, MMDS)⁶, em março de 2009, registrava-se apenas 6,6 milhões de assinantes, isto é, aproximadamente 3,5 % da população brasileira.

Observa-se, assim, que as telecomunicações no Brasil passam por um momento que requer uma dupla visão do mercado: serviços mais sofisticados para uma parcela de usuários mais exigentes e com amplo acesso às diversas TICs e, por outro, é urgente propiciar a inclusão digital (leia-se hoje requisito da inclusão social) dos usuários mais desfavorecidos. A universalização do acesso em banda larga é o grande tema na área de políticas públicas, tecnológica e entre os prestadores de serviços. Sua viabilização, entretanto, ainda coloca uma série de interrogações em torno da tendência das novas tecnologias, incluindo as da família Wi Fi, Wi Mesh e Wi Max em áreas que carecem de infra-estrutura fixa.

Igualmente importante é lembrarmos que a convergência tecnológica apresenta novos desafios aos reguladores. As licenças para prestação de serviços de telecomunicações hoje existentes foram concebidas quando cada serviço requeria uma rede, com sua tecnologia própria. As redes atuais, com ou sem fios, permitem a prestação de diversos serviços, praticamente sem restrições. Neste cenário será que ainda faz sentido a outorga de licenças separadas para cada serviço?

Legislação e marcos regulatórios brasileiros

Não há no atual governo um *locus* institucionalmente unificado para a formulação das políticas públicas de comunicações e, até agora, a história das comunicações no Brasil tem

⁵ Disponível em <http://www.teleco.com.br/nrtv.asp>

⁶ Dados de março/2009. Pesquisa Anatel. Disponível em <http://www.teleco.com.br/rtv.asp>

visto prevalecer os interesses do Estado e/ou dos empresários do setor. Defende-se, a exemplo de Leal Filho (2006), que cabe à sociedade e ao Estado constituir órgãos reguladores representativos dos pensamentos plurais existentes num determinado momento histórico.

A globalização da comunicação no final do século XX e primeira década do século XXI é um processo dirigido principalmente por atividades de conglomerados de comunicação em grande escala. Coincidindo com o início da desregulamentação e da desestatização, as novas tecnologias impulsionaram o crescimento das comunicações na América Latina e “através de fusões, compras ou outras formas de crescimento corporativo, os grandes conglomerados assumiram uma presença sempre maior na arena global do comércio de informação e comunicação” (THOMPSON, 1998, p.143-4).

Os impactos sucederam-se, em gradações diversas, de país para país: aumento considerável do número de emissoras de televisão; lançamentos de satélites domésticos; disseminação das antenas parabólicas; funcionamento de emissoras de TV em UHF; implantação e inserção nas redes mundiais de transmissão de dados; introdução da televisão por assinatura (a cabo, por satélite e microondas); formação de redes regionais de TV; e importação de equipamentos de telecomunicações e de radiodifusão (Idem, p. 65).

Lima (2005), em pertinente abordagem sobre o tema, levanta dois aspectos fundamentais sobre os marcos regulatórios na sociedade brasileira: a exigência de um novo marco regulatório com a integração atualizada dos diferentes áreas das comunicações e a regulamentação do capítulo da Comunicação Social da Constituição da República, de 1988.

Para se ter uma idéia do caos existente: a TV a cabo é regulada por lei, a MMDS por portaria e a DTH por decreto. Além disso, a TV por assinatura está submetida à Lei Geral de Telecomunicações sendo, portanto, regulada pela Anatel. Já a radiodifusão aberta continua regida (?) pelo ultrapassado Código Brasileiro de Telecomunicações, de 1962 (LIMA, 2005, *online*).

O segundo ponto – a regulamentação do capítulo da Comunicação Social da atual Constituição Brasileira – faz-se necessária especialmente no parágrafo 5º do artigo 220 que proíbe o monopólio e oligopólio, mas não apresenta mecanismos para uma ação efetiva. Da mesma forma, aborda a complementaridade dos sistemas privado, público e estatal, sem conceituá-los legalmente.

Lá está o veto ao monopólio e ao oligopólio da mídia – vale dizer, à propriedade cruzada de diferentes meios; a preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas; a promoção da cultura nacional e regional; o estímulo à produção independente; a regionalização da produção

cultural, artística e jornalística; e a complementaridade dos sistemas privado, público e estatal. Será imprescindível, portanto, não só a conceituação legal dos sistemas estatal e público, até hoje inexistente, como a definição de formas de financiamento do sistema público (LIMA, 2005, *online*).

Essas questões se tornam prementes, pois a convergência tecnológica é um processo de crescimento exponencial, seja pelo aumento da infra-estrutura, seja pela digitalização contínua do conteúdo.

Digitalização do conteúdo

A digitalização de conteúdo, o segundo dos pilares do fenômeno da convergência, registra um crescimento exponencial:

Atualmente, quase a totalidade da produção musical, cinema, programas televisivos e vídeo são produzidos e distribuídos em meios digitais como CD e DVD. Revistas e jornais são produzidos em meios digitais antes de serem impressos. No meio científico todos os trabalhos como dissertações e relatórios técnicos são gravados em meios eletrônicos. Pode-se dizer que o aumento de conteúdos digitais disponíveis foi uma revolução silenciosa e constante nos últimos 20 anos, atingindo quase a totalidade de formas e meios de produção cultural e científica (QUINTELLA & CUNHA, 2004, p.3).

A Sociedade da Informação trouxe consigo a velocidade do tempo real e o acesso a documentos e conteúdos antes geograficamente tão dispersos, mas também gerou novas possibilidades de controle, armazenamento e liberação (ou não) de acesso a múltiplos conjuntos de informações.

Qualquer que seja o enfoque, o macro desenho da área revela que é praticamente impossível que o conjunto da sociedade venha a ter acesso aos múltiplos e específicos recursos desta forma de organização.

Muller (2006), por exemplo, ilustra um dos diversos aspectos desta situação, expondo que, hoje, diversas modalidades de divulgação de textos acadêmicos e científicos estão disponíveis na Internet, mas que:

[...] a necessidade de pagamento, para que o usuário tenha acesso, continua valendo para a maioria dos títulos mais prestigiados. As bibliotecas não se livraram das contas altas de renovação de assinaturas e ainda perderam o direito de acesso aos fascículos pelos quais já tinham pago. Hoje pagam pelo acesso que vale pelo período coberto pela assinatura, não pelo objeto. A utopia do acesso livre (...) não se confirmou da forma como foi sonhada, pelo menos até agora (p.35).

É essa necessidade de democratizar o espaço mundial de circulação da informação que leva os movimentos sociais e governos como os do Brasil, da China ou a União Européia, a pleitear diante da União Internacional de Telecomunicações uma reforma da gestão da Internet, atualmente sob o controle dos Estados Unidos. A rede das redes é, de fato, gerenciada pela *Internet Corporation for Assigned Names and Numbers*, organismo que controla o acesso a qualquer domínio virtual, seja ele genérico (com., org., edu, etc.) ou geográfico (por país). Martellart (2005) pondera que o comando que permite às autoridades americanas exercer seu poder geopolítico sobre o sistema é antes de tudo técnico: os “provedores”, cabeças do sistema de endereçamento: 13 computadores potentes instalados nos Estados Unidos, um em Estocolmo, e os dois últimos em Londres e no Japão. Apesar da pressão para que o gerenciamento do sistema fosse confiado a um organismo independente, atrelado às Nações Unidas ou que fosse a ela associado, Washington deixou clara a sua recusa em transigir sobre este ponto, evidenciando que a “informação dominante está na base da hegemonia mundial” (MARTELLART, 2005, p.20) e da dominação cultural.

Também no Brasil há a necessidade de uma análise cuidadosa da euforia crescente que cercam as TICs, pois constata-se que apesar da enorme importância dessas na vida cotidiana, há uma desigualdade considerável no acesso e uso por parte da população brasileira. De um lado, temos aqueles que com acesso fácil e uso habitual e que demonstram facilidade no trânsito de redes sociais e geração e recuperação de conteúdo. Do outro, uma enorme contingente de infoexcluídos.

É importante que se pontue que ao falarmos de redes digitais, estamos nos referindo a uma inerente rede social. Portanto, quando um cidadão não tem acesso às TICs, não se trata de simplesmente não ter acesso à uma tecnologia, mas sim à não ter acesso à uma instituição social (LOPES, 2007).

Autores diversos, inclusive no Brasil, sustentam análises dicotômicas em torno de teorias baseadas no modelo americano dos que “têm” acesso e dos que “não têm” acesso. Essa é uma abordagem pouco pertinente com a realidade. Lopes (2007) salienta que o que temos hoje são, de fato, múltiplos níveis de acesso, e, portanto, múltiplos níveis de exclusão:

Primeiro, porque não temos apenas uma tecnologia da informação, mas várias. Segundo, porque há diferentes níveis de qualidade de acesso a cada uma dessas tecnologias. E terceiro, porque há uma diferença muito grande entre o simples “acesso” e o efetivo “uso”. Enquanto “acesso” é um termo que simplesmente indica uma funcionalidade técnica ou relativa à infra-estrutura, o termo “uso” é bem mais amplo, e se relaciona à capacidade de aplicação das TICs para se alcançar objetivos individuais ou coletivos (LOPES, 2007, p.4).

Para os que têm acesso e condições de uso, as TICs – especialmente os recursos disponíveis na Internet – propiciam novas formas de estar em sociedade, através das redes sociais, comunidades virtuais e um novo sistema de compartilhamento de informações, inclusive pelos Conteúdos Gerados pelo Usuário.

Redes sociais e o afã de comentar

Fenômeno cultural em tempos de cibercultura, a WEB 2.0 significa, por princípio, interatividade, e, como consequência, geração de conteúdo também pelo usuário. As competências são disseminadas e assumidas por múltiplos agentes; o que não acontecia nos meios de comunicação de massa. O elemento decisivo é o leitor-produtor da informação e “a possibilidade de pessoas (...) tornarem-se usuários ativos, emissores de conteúdos, de maneira ilimitada e sem controle por parte dos canais tradicionais” (PERUZZO, 2003, p.78).

Segundo dados do IBOPE/NetRatings⁷, só em maio de 2008, 18,5 milhões de pessoas navegaram em sites relacionados a comunidades. Se forem acrescidos a este número os fotologs, videologs e os mensageiros instantâneos, o valor salta para 20,6 milhões de brasileiros por mês acessando as chamadas redes sociais. Esse número representa cerca de 90% do total de usuários que acessam a Internet mensalmente.

Números nada desprezíveis, especialmente à luz da conclusão qualitativa dos dados coletados: o levantamento mostrou que campanhas *online* partindo de *blogs* ou outras redes sociais podem ter um impacto 500 vezes maior do que se as mesmas partissem dos sites das empresas comerciais (IBOPE/NetRatings, 2008).

O Orkut segue ainda como a rede social com mais adeptos no país. Em maio de 2008, foram 16,1 milhões de visitantes únicos, levando em conta só o acesso residencial, segundo dados do Ibope/NetRatings. Neste mesmo viés, não podemos esquecer a verdadeira explosão de uso do YouTube. Mas a sensação do momento das redes sociais é o Twitter.

Twitter e outros serviços similares permitem que redes de pessoas com interesses afins compartilhem informação de uma forma rápida e não-invasiva. Trata-se de uma evolução do formato *weblog* que se designa como *microblogging* e consiste na fusão de *blogs* com mensagens instantânea e redes sociais. Em um plano profissional, o Twitter pode ser usado para obter em tempo real o *feedback* e a ajuda das pessoas, da audiência, do público (...)

⁷ Dados disponíveis em http://www.ibope.com.br/calandraWeb/servlet/CalandraRedirect?temp=2&temp2=3&proj=PortalIBOPE&pub=T&nome=pesquisa_home&db=caldb

Neste sentido, o Twitter é uma magnífica ferramenta para detectar tendências, estabelecer conversações com especialistas, solicitar dados e idéias, antecipar temas em desenvolvimento e debater opiniões (ORIHUELA, 2008, *online*)

Mas nada se compara ao fenômeno comunicacional dos *blogs*, uma iniciativa que surgiu de forma espontânea, pessoal, anônima, ainda nos anos 90. Não era institucional e tampouco massivo. Era apenas um espaço onde pessoas comuns podiam expor idéias, projetos, vivências, algo próximo a um bloco de notas pessoal. Em junho de 2008, número de pessoas que acessaram *blogs* ultrapassou a barreira de 50% da audiência da Internet residencial, segundo dados do Ibope/Netratings. Número expressivo se considerarmos os dados mais recentes do agregador de *blogs* Technorati⁸, que estima em setembro de 2008 a existência de 133 milhões de *blogs*, praticamente o dobro de abril de 2007. Segundo o levantamento, o ritmo de criação de *blogs* ainda é intenso, com 120 mil novos *blogs* surgindo a cada dia, ou cerca de 1,4 novos *blogs* a cada segundo.

São iniciativas espontâneas que demonstram novas formas de estar em sociedade. As TICs têm também um potencial formidável para aumentar e enriquecer a participação política, devido primordialmente à natureza descentralizada da Internet – seu principal expoente – e à possibilidade de expansão do número de pessoas que podem acessar e disseminar idéias, melhorando assim o fluxo de informação (LOPES, 2007). Do ponto de vista do governo, havendo interesse político para a transparência, abre-se todo um leque de possibilidade de gestão pública facilmente acompanhável pela sociedade.

Conteúdo e infra-estrutura são duas faces de uma mesma moeda que precisam buscar um crescimento em conjunto. Toda a infra-estrutura tecnológica e técnica necessárias à digitalização do conteúdo e da comunicação devem ter a finalidade de infoinclusão, uma responsabilidade que deve ser compartilhada por todos os atores da sociedade civil e do Estado.

Nesse sentido, passamos agora ao detalhamento das principais iniciativas do governo brasileiro para fomentar a inclusão digital-social da população brasileira.

Políticas brasileiras de infoinclusão

⁸ O site Technorati é autoridade reconhecida no tráfego de blogs e de conteúdo gerado pelo usuário na Internet.

As iniciativas em torno da Sociedade da Informação, no Brasil, tiveram início com um conjunto de políticas e linhas de ações coordenadas pelo Ministério de Ciência e Tecnologia. O Programa Sociedade da Informação, mais conhecido como Livro Verde⁹, foi lançado em 2000, com o objetivo de:

[...] integrar, coordenar e fomentar ações para a utilização de tecnologias de informação e comunicação, de forma a contribuir para a inclusão social de todos os brasileiros na nova sociedade e, ao mesmo tempo, contribuir para que a economia do País tenha condições de competir no mercado global” (BRASIL, 2000, p. 10).

Pelas ações e metas expressas no Livro Verde e, posteriormente, no Livro Branco, entende-se que o programa brasileiro buscaria contribuir efetivamente para:

[...]a construção de uma sociedade mais justa, em que sejam observados princípios e metas relativos à preservação de nossa identidade cultural, fundada na riqueza da diversidade; a sustentabilidade de um padrão de desenvolvimento que respeite as diferenças e busque o equilíbrio regional; e a efetiva participação social, sustentáculo da democracia política (BRASIL, 2000, p. 4).

O Observatório Nacional de Inclusão Digital (ONID) é uma iniciativa do Governo Federal, em conjunto com a sociedade civil organizada, que atua na coleta, sistematização e disponibilização de informações para o acompanhamento e avaliação das ações de inclusão digital no Brasil. Em abril de 2009, no *site* constavam 85 programas em desenvolvimento.

Dentre as iniciativas realmente capazes de promover a inclusão digital e o exercício da cidadania, o programa Telecentros tem potencial para transmutar a realidade de milhares de brasileiros colocados à margem da sociedade. Santos (2009) estima que tenhamos 120 milhões de cidadãos em situação de risco social, alijados de interagir na Rede Mundial de Computadores.

Os telecentros, muitas vezes também chamados de infocentros, são locais de acesso à Internet e de utilização de outros recursos de informática. Abertos à comunidade local, oferecem cursos e uso livre dos equipamentos, em geral com orientadores para auxílio ao usuário. São espaços de uso coletivo e a utilização se relaciona com serviços, lazer, capacitação profissional, educação, política, saúde, produção cultural, comunicação e demais áreas, já que consiste em uma ferramenta de acesso e de produção de informação e conhecimento.

⁹ Disponível em: www.socinfo.gov.br

A manutenção do espaço e dos equipamentos pode estar a cargo de um projeto público ou privado, ou mesmo da própria comunidade. Segundo o *site* oficial do Governo Inclusão Digital, o país dispõe atualmente de mais de cinco mil unidades de telecentros em funcionamento no Brasil, articuladas no âmbito federal, estadual e municipal. Novos municípios já cadastrados e aguardam o *kit* de equipamentos. Cada *kit* inclui um servidor de informática, 10 computadores, uma central de monitoramento com câmera de vídeo de segurança, um roteador *wireless*, 11 estabilizadores, uma impressora a laser; um projetor multimídia (data show), 21 cadeiras; uma mesa do professor, 11 mesas para computador; uma mesa para impressora e um armário.

Os computadores são interligados pelo programa GESAC – Governo Eletrônico – Serviço de Atendimento ao Cidadão, do Governo Federal, projeto-parceiro de diversos programas de inclusão digital no Brasil. A conexão é estabelecida por meio de satélite, atendendo locais que não possuem conexão por ADSL, escolas públicas rurais e telecentros montados a partir dos *kits* encaminhados pelo Ministério das Comunicações. Atualmente, cerca de 22 mil computadores estão conectados na rede GESAC, com a meta de atender a 6,4 milhões de pessoas.

Um aspecto extremamente positivo das posições do Governo Federal é a adoção de softwares livres, que, para além de tantas vantagens econômicas, incentiva o desenvolvimento de tecnologia nacional, potencializando as chances desenvolvimento econômico e social com soluções regionalizadas para minimizar a exclusão digital.

Outro programa de grande retorno social é o "Computador para Todos". O programa tem por objetivo principal dar condições de compra de um computador, com sistema operacional e aplicativos em software livre, que atendam ao máximo às demandas de usuários, além de permitir acesso à Internet.

O projeto prevê que todo cidadão que adquirir o computador com preço popular terá financiamento concedido pelo FAT - Fundo de Amparo ao Trabalhador - distribuído nos bancos oficiais e pelo BNDES. O Governo acredita ter chegado à meta de um milhão de unidades, considerando o número de cópias do Linux instaladas nessas máquinas. Na mesma linha, mantém o Governo Brasileiro programas de incentivo à aquisição de computadores

pelos projetos “Programa computadores portáteis para professores”, “Projeto Um Computador por Aluno” e o “Projeto Computadores para Inclusão”.

O projeto “Computadores para Inclusão” é sistema nacional de acondicionamento de computadores usados, doados pelas iniciativas pública e privada, acondicionados por jovens de baixa renda com formação profissionalizante, e distribuídos a telecentros, escolas e bibliotecas de todo o território nacional. Até janeiro de 2009, quatro unidades estavam em funcionamento em caráter piloto, com mais de três mil computadores acondicionados doados a 252 escolas públicas, bibliotecas e telecentros.

Em termos de infra-estrutura, destaca-se o “Programa Banda Larga nas Escolas”, que tem por meta beneficiar 55 mil escolas até 2010, atendendo 84% dos estudantes do ensino básico do país. As concessionárias de telefonia deverão levar, até dezembro de 2010, a rede de banda larga até a sede de todos os 5.565 municípios brasileiros. O programa terá duração até 2025, cabendo às empresas aumentarem periodicamente a velocidade de conexão. Quando plenamente implementado, o serviço prevê beneficiar 37,1 milhões de estudantes.

Pelo viés da cultura, não podemos deixar de mencionar o “Casa Brasil”. O projeto funciona em áreas de baixo índice de desenvolvimento e, através de computadores e conectividade, privilegia ações aliadas à cultura, arte, entretenimento, articulação comunitária e participação popular.

Sendo um espaço público e comunitário, de uso gratuito e de acesso irrestrito, o projeto estimula a apropriação da unidade pela comunidade, transformando-a em espelho cultural do local em que foi implementada, fomentando a gestão participativa e ampliação da cidadania, e fortalecendo a ação da sociedade civil.

Cada unidade de Casa Brasil abriga um telecentro, com uso de software livre, e pelo menos mais dois outros módulos. Entre as outras possibilidades, há biblioteca popular, um auditório, estúdio multimídia, uma oficina de produção de rádio, um laboratório de popularização da ciência, oficina de manutenção de equipamentos de informática, e um espaço para atividades comunitárias, além de um módulo de inclusão bancária em algumas localidades. Em abril de 2009 eram 76 unidades em funcionamento, atendendo em média 210 mil pessoas/mês. Já foram capacitadas mais de mil pessoas nas 48 oficinas livres oferecidas a partir da plataforma de educação à distância construída pelo projeto.

Embora fale-se num Modelo Brasileiro de Inclusão Digital, observa-se que, na prática, muitos projetos são ainda autônomos, implementados por diversos ministérios ou agências, mesmo que já haja legislação determinando a coordenação por parte do Ministério das Comunicações¹⁰.

Lopes (2007, p. 13) pondera que mesmo que isso resulte em “uma intensa perda de recursos públicos, já que diversas possibilidades de sinergia são desperdiçadas”, é uma disfunção que pode ser considerada “remédio errado para uma doença certa”.

A adoção de uma solução única ou de várias soluções pré-determinadas para se combater a exclusão digital provavelmente resultaria em grandes fracassos. Em países em desenvolvimento, é necessária a adoção de diversos tipos de programas de inclusão digital, muito bem planejados, mas flexíveis o bastante para permitir adaptações às peculiaridades regionais. É algo que, aparentemente, o Governo Federal tentou. Mas o que se pode aprender como lição é que os programas de inclusão digital precisam ser independentes, porém jamais autônomos.

Considerações finais

Observa-se que envolver toda a população brasileira na Sociedade da Informação passa pelo equacionamento de múltiplos desafios Com dimensões continentais e alteridades regionais acentuadas de ordem econômica, social e cultural, a realidade nacional faz com que esses desafios não sejam meramente técnicos.

Hoje temos a certeza de que as TICs continuarão em pleno e exponencial desenvolvimento, com acentuada convergência técnica e digitalização de conteúdos, onde “redes constituem a nova morfologia social de nossas sociedades” (CASTELLS, 1999, p. 469).

Nessa repaginação, já bem delineada na Sociedade da Informação, observa-se, na mesma proporção do grande desafio, uma oportunidade. Através de medidas efetivas de infoinclusão, tem-se a oportunidade de minimizar a exclusão socioeconômica, tão fortemente presente na sociedade brasileira. Romper o círculo vicioso é o grande desafio que se coloca nessa nova ordem sociotécnica e sociocultural. Dos resultados efetivamente obtidos dependerá o perfil de sociedade, democracia e cidadania que (vi)veremos no Brasil.

¹⁰ O Decreto 5.581, de 10 de novembro de 2005 acrescentou ao Decreto 4.733, de 10 de junho de 2003: “o Ministério das Comunicações fica incumbido de formular e propor políticas, diretrizes, objetivos e metas, bem como exercer a coordenação da implementação dos projetos e ações respectivos, no âmbito do programa de inclusão digital” (Art. 4º, parágrafo único).

Referências

BRASIL. Governo Federal. *Portal Inclusão Digital*. Disponível em <http://www.inclusaodigital.gov.br/inclusao/outros-programas>. Acesso em: 12 mai 2009.

_____. Governo Federal. *Sociedade da Informação no Brasil – Livro Verde*. Disponível em: www.direitoacomunicacao.org.br/novo/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=193. Acesso em: 10 mai 2009.

_____. Governo Federal. *Observatório Nacional de Inclusão Digital*. Disponível em: <http://onid.org.br/portal>. Acesso em 12 maio 2009.

CARVALHO, Juliano Maurício. *Cidadania digital: um estudo do programa brasileiro para a “sociedade da informação”*. 2005. 341 f. Tese (Doutorado em Comunicação Social)- São Paulo, Universidade Metodista de São Paulo.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999. v.1

_____. Fluxos, redes e identidades: uma teoria crítica da sociedade informacional. In: CASTELLS, M. et al. *Novas perspectivas críticas em educação*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

DIMAGGIO, Paul, HARGITTAI, Eszter. From de “Digital Divide” to “Digital Inequality”: studying internet use as penetration increases. *Centre for Arts and Cultural Policy Studies*, working paper 15 .Princeton, 2001. Disponível em: <http://www.princeton.edu/~artspol/workpap15.html>. Acesso em 16 mai 2009.

IBOPE//NetRatings. Acesso em: 10 mai 2009. Disponível em: http://www.ibope.com.br/calandraWeb/servlet/CalandraRedirect?temp=6&proj=PortalIBOPE&pub=T&nome=home_materia&db=caldb&docid=DF1CAE890B4D16F88325746D00604588

LEAL FILHO, Laurindo. A necessidade do controle público sobre a televisão. *Revista PUCVIVA*. Ed. 25, out-mar/ 2006. Acesso em 8 mai 2009. Disponível em: http://www.apropucsp.org.br/revista/r25_r07.htm.

LIMA, Venício. Pausa tática para o avanço estratégico *Observatório da Imprensa*. Postado em 18/01/2005. Disponível em: <http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos.asp?cod=312IPB001> Acesso em: 15 mai 2009

LOPES, Cristiano Aguiar. Exclusão Digital e a Política de Inclusão Digital no Brasil – o que temos feito? *Revista de Economía Política de las Tecnologías de la Información y Comunicación*, vol. IX, n. 2, mayo – ago. / 2007

MATTELART, Armand. Sociedade do conhecimento e controle da informação e da comunicação. *V Encontro Latino de Economia Política da Informação, Comunicação e Cultura*. Conferência de Abertura. Salvador, BA, 9-11 de novembro de 2005. Disponível em: <http://www.gepicc.ufba.br/enlepicc/ArmandMattelartPortugueses.pdf>. Acesso 6 mai 2009.

MORAES, Dênis de. *O Planeta Mídia: tendências da comunicação na era global*. Campo Grande: Letra Livre, 1998.

MUELLER, Suzanna. A comunicação científica e o movimento de livre acesso ao conhecimento. *Ciência da Informação*, Brasília, v.35, p. 27-38, maio/ago., n.2, 2006.

ORIHUELA, J.L. 2008. Blogs, jornalismo e tecnologia (entrevista). *Monitor de Mídia*. Disponível em: <http://www.univali.br/monitor>. Acesso em: 13 mai 2009.

PERUZZO, Cícilia M. Webjornalismo: do hipertexto e da interatividade ao cidadão jornalista. *Verso & Reverso* 37, p. 77-78. 2003

QUINTELLA, Heitor & CUNHA, Américo Brígido. A convergência tecnológica e a percepção de valor nos serviços de telecomunicações. *ComCiência*. Ed. 57, ago/2004. Disponível em: <http://www.comciencia.br/reportagens/2004/08/14.shtml>. Acesso em: 03 mai 2009.

SANTOS, Regiane. Telecentros comunitários, inclusão e exercício da cidadania. *Observatório do direito à comunicação*, postado em 14/05/2009. Acesso em 15 mai 2009. Disponível em: http://www.direitoacomunicacao.org.br/novo/content.php?option=com_content&task=view&id=4973

TECHNORATI. Disponível em: <http://www.technorati.com/>. Acesso em: 22 abr 2009.

THOMPSON, John B. *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*. Petrópolis: Vozes, 1998.